

21 MAI 1985

Jornal do Brasil

ANC 88
Pasta 03-05/85
106/1985

Ato de convocação da Assembleia Constituinte chega em junho

Haroldo Holanda

A expectativa entre as lideranças do PMDB é a de que o Presidente José Sarney remeta ao Congresso, antes de 12 de junho, mensagem de sua autoria contendo o ato convocatório da Assembleia Nacional Constituinte. É possível que simultaneamente à divulgação do envio da mensagem ou logo depois seja instituída a comissão de juristas, destinada a elaborar o anteprojeto da Constituição, a ser apreciado e votado pela Constituinte.

O envio da mensagem presidencial, antes de 12 de junho, tem o sentido de esvaziar politicamente a emenda constitucional de autoria do deputado paulista Gastoni Righi, a qual dispõe justamente sobre a convocação da Constituição, sendo considerada imperfeita, em vários dos seus aspectos, pelas lideranças do PMDB. Além do mais, alega-se, a convocação da Constituinte reveste-se de tal importância e significação que o Presidente da República não pode dispensar e abrir mão do poder de iniciativa sobre essa matéria.

Dai a pressa que tem o Presidente José Sarney em que sejam implementadas o quanto antes as medidas necessárias à concretização do pacto político, a ser coordenado e negociado em sua fase inicial pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB. No bojo desse pacto político, segundo informam as lideranças do PMDB, estão implícitas as negociações referentes às reformas políticas a serem realizadas de imediato, destinadas a erradicar da legislação em vigor todos os atos característicos do regime autoritário, bem como criar as condições iniciais indispensáveis à efetivação da futura Constituinte.

Na fase preliminar à celebração do pacto político, todas as conversações com as lideranças dos demais partidos em atividades no País serão confiadas ao deputado Ulysses Guimarães, de acordo com delegação que lhe foi atribuída pelo Presidente José Sarney. No entanto, sabe-se que o Presidente da República não abre mão de presidir a reunião conclusiva com as lideranças partidárias, dispostas a apoiar o seu pacto político.

Quanto à discricão com que se tem portado até aqui o deputado Ulysses Guimarães, ao falar à imprensa sobre o pacto político, explicam os seus amigos que essa sua postura é decorrente de constrangimentos pessoais. Sendo presidente do PMDB e, ao mesmo tempo, da Câmara Federal, o deputado Ulysses Guimarães deseja evitar que essas duas funções se confundam no exercício de suas atividades políticas. Ao tratar do pacto político, o deputado Ulysses Guimarães tenciona resguardar a sua posição de presidente da Câmara, a qual se situa acima dos partidos.

No pacto a ser firmado em breve com os diferentes partidos políticos, o Presidente Sarney pretende tratar exclusivamente de questões políticas. O chamado pacto social, também em cogitação, seria deixado para uma etapa posterior.

As lideranças do PDS, representadas no Senado e na Câmara pelo senador Murilo Badaró e pelo deputado Prisco Viana, não demonstram entusiasmo ou qualquer inclinação em participar desse pacto político. Temem que no bojo dessa iniciativa esteja incluída a intenção de imobilizar o partido por eles liderado em sua ação oposicionista no Parlamento, através da idéia de um governo, de união nacional. Mas o deputado Prisco Viana adverte, no entanto, que o seu partido não se nega a colaborar, no âmbito do Congresso, em todas as iniciativas inspiradas no propósito de normalizar as instituições republicanas e nossa vida política.

No entanto, há quem no PDS ache que esse pacto só teria condições de empolgar e repercutir no País, se ele se resumisse numa série de medidas não só de cunho político, como econômico e social, firmadas entre todos os partidos, num consenso nacional, com o objetivo de tirar o País das graves dificuldades que o afetam no momento presente. Se o pacto não vier fundamentado com esses pressupostos, ele acabará caindo no vazio, segundo a opinião de setores influentes do PDS, que discordam da postura do líder Prisco Viana.

Sarney e a Constituinte

Na reunião de hoje, do Presidente Sarney com os líderes da Aliança Democrática, será objeto de exame a data considerada como mais conveniente do envio ao Congresso da mensagem presidencial, com o ato convocatório da futura Assembleia Nacional Constituinte.

Amanhã a Executiva Nacional do PMDB se reúne para analisar o problema da Constituinte e do chamado pacto político.

Marchezan e o PMDB

O deputado Nelson Marchezan, ex-líder do Governo Figueiredo na Câmara, recebeu convite para ingressar no PMDB. Foi-lhe feita de antemão a promessa de que poderia ser o candidato do partido no Rio Grande do Sul a uma das duas cadeiras de senador, a serem disputadas nas eleições do próximo ano. Marchezan não deu resposta, mas ponderou junto a alguns dos seus amigos que só teria condições de entrar no PMDB, se renunciasse desde já ao restante do seu mandato como deputado federal pelo PDS.